



ISSN 2238-118X

CADERNOS CEPEC

V. 3 N.9 Setembro de 2014

**CONSIDERAÇÕES SOBRE A DEPENDÊNCIA LATINO-AMERICANA À LUZ
DA TEORIA MARXISTA**

David Bittencourt
Hilder Farias
Phelipe Matos

Centro de Pesquisas Econômicas da Amazônia



CADERNOS CEPEC

Publicação do Programa de Pós-graduação em Economia da Universidade Federal do Pará

Periodicidade Mensal – Volume 3 – N° 09 – Setembro de 2014

Reitor: Carlos Edilson de Oliveira Maneschy

Vice Reitor: Horácio Shneider

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós Graduação: Emmanuel Zagury Tourinho

Instituto de Ciências Sociais Aplicadas

Diretor: Carlos Alberto Batista Maciel

Vice Diretor: Manoel Raimundo Santana Farias

Coordenador do Mestrado em Economia: Sérgio Luis Rivero

Editores

José Raimundo Barreto Trindade

Sérgio Luis Rivero

Conselho Editorial

Armando Souza

Marcelo Diniz

Ricardo Bruno

Francisco Costa

José Trindade Danilo

Fernandes

Gilberto Marques

Sérgio Rivero

Gisalda Filgueiras

Comentários e Submissão de artigos devem ser encaminhados ao

Centro de Pesquisas Econômicas da Amazônia, através do e-mail:

jrtrindade@uol.com.br

Página na Internet: <http://www.ppgeconomia.ufpa.br/>

Cadernos CEPEC

Missão e Política Editorial

Os Cadernos CEPEC constituem periódico mensal vinculado ao Programa de Pós-graduação em Economia do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA) da Universidade Federal do Pará (UFPA). Sua missão precípua constitui no estabelecimento de um canal de debate e divulgação de pesquisas originais na grande área das Ciências Sociais Aplicadas, apoiada tanto nos Grupos de Pesquisa estabelecidos no PPGE, quanto em pesquisadores vinculados a organismos nacionais e internacionais. A missão dos Cadernos CEPEC se articula com a solidificação e desenvolvimento do Programa de Pós-graduação em Economia (PPGE), estabelecido no ICSA.

A linha editorial dos **Cadernos CEPEC** recebe textos de diferentes matizes teóricas das ciências econômicas e sociais, que busquem tratar, preferencialmente, das inter-relações entre as sociedades e economias amazônicas com a brasileira e mundial, seja se utilizando de instrumentais históricos, sociológicos, estatísticos ou econométricos. A linha editorial privilegia artigos que tratem de Desenvolvimento social, econômico e ambiental, preferencialmente focados no mosaico que constitui as diferentes “Amazônias”, aceitando, porém, contribuições que, sob enfoque inovador, problematize e seja propositivo acerca do desenvolvimento brasileiro e, ou mesmo, mundial e suas implicações.

Nosso enfoque central, portanto, refere-se ao tratamento multidisciplinar dos temas referentes ao Desenvolvimento das sociedades Amazônicas, considerando que não há uma restrição dessa temática geral, na medida em que diversos temas conexos se integram. Vale observar que a Amazônia Legal Brasileira ocupa aproximadamente 5,2 milhões de Km², o que corresponde a aproximadamente 60% do território brasileiro. Por outro lado, somente a Amazônia brasileira detém, segundo o último censo, uma população de aproximadamente 23 milhões de brasileiros e constitui frente importante da expansão da acumulação capitalista não somente no Brasil, como em outros seis países da América do Sul (Colômbia, Peru, Bolívia, Guiana, Suriname, Venezuela), o que a torna uma questão central para o debate da integração sul-americana.

Instruções para submissão de trabalhos

Os artigos em conformidade a linha editorial terão que ser submetidos aos editoriais, em Word, com no máximo 25 laudas de extensão (incluindo notas de referência, bibliografia e anexos). Margens superior e inferior de 3,5 e direita e esquerda de 2,5. A citação de autores deverá seguir o padrão seguinte: (Autor, data, página), caso haja mais de um artigo do mesmo autor no mesmo ano deve-se usar letras minúsculas ao lado da data para fazer a diferenciação, exemplo: (Rivero, 2011, p. 65 ou Rivero, 2011a, p. 65). Os autores devem fornecer currículo resumido. O artigo deverá vir obrigatoriamente acompanhado de Resumo de até no máximo 25 linhas e o respectivo Abstract.

Sumário

1 INTRODUÇÃO	5
2 COMPOSIÇÃO ORGÂNICA DO CAPITAL E A DETERIORAÇÃO DOS TERMOS DE INTERCÂMBIO	7
3 A QUESTÃO DA DEPENDÊNCIA LATINO-AMERICANA NAS VERTENTES MARXISTA E CEPALINA	14
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	22
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	23

CONSIDERAÇÕES SOBRE A DEPENDÊNCIA LATINO-AMERICANA À LUZ DA TEORIA MARXISTA

David Bittencourt¹
Hilder Farias²
Phelipe Matos³

1 INTRODUÇÃO

A discussão da dependência latino-americana e do modo como a região passou a fazer parte da economia capitalista efetivamente a partir do início do século XX, bem como os resultantes desse processo, estão estritamente ligados à discussão do desenvolvimento na região, inclusive do próprio Brasil, país que viveu esse processo de modo muito intenso durante seu processo de industrialização. Nesse sentido, entender a posição da região no capitalismo mundial é compreender o processo que a caracteriza e efetivamente a mantém como região dependente e periférica, além de identificar suas consequências, uma compreensão necessária a qualquer esforço de superação.

Parte-se do pressuposto inicial de que a discussão da dependência, mesmo intensificada ao longo do século XX pode receber contribuições e ser melhor compreendida retomando a obra de Marx, contudo sem o intuito de revisitar toda a teoria, mas tentando estabelecer elementos para o diálogo. Nesse sentido supõe-se de antemão que é possível estabelecer esse diálogo teórico e analítico retomando Marx, com auxílio de autores como Becker (1980) e Saad Filho (2011) tanto com dependentistas marxistas⁴ quanto com estruturalistas keynesianos⁵.

Além dessa introdução demarcando como o tema proposto será abordado, o texto

¹ Mestrando do Programa de Pós-graduação em Economia (PPGE/UFPa).

² Mestrando do Programa de Pós-graduação em Economia (PPGE/UFPa).

³ Mestrando do Programa de Pós-graduação em Economia (PPGE/UFPa).

⁴ Escola de orientação marxista cuja vertente latino-americana recebeu as contribuições de autores como Ruy Mauro Marini, André Gunder Frank, Theotonio dos Santos, Vânia Bambirra, Orlando Caputo, Roberto Pizarro e outros.

⁵ Corrente teórica de orientação keynesiana, iniciada no interior da CEPAL (Comissão Econômica Para América Latina e Caribe da União das Nações Unidas), dentre seus principais autores podem-se citar Celso Furtado e Raúl Prebisch.

conterá com duas seções analíticas e uma conclusão. Na primeira seção teórica se busca entender como são formados contextos de dependência no interior do modo de produção capitalista (sempre considerado em escala mundial para fins do presente trabalho), tal explicação será feita cruzando dois importantes aspectos teóricos, inicialmente no que se refere às transformações de valores em preços de produção, ou de modo mais a transformação da mais-valia (ou trabalho exercido pela base proletária cuja apropriação não passa pela mesma, e fica nas mãos dos capitalistas) em lucro médio da produção, e como isso pode ser entendido a partir do enunciado da “Lei das Trocas Desiguais” para mostrar, ainda que de modo abstrato, como se dá favorecimento de países em que o capitalismo controla forças produtivas mais avançadas em detrimento de países dependentes, revelando inclusive as relações de interdependência entre esses dois polos.

Na segunda seção há um afastamento do grau mais alto de abstração contido na primeira, sem nunca deixá-lo de lado, é nessa parte do texto que se procederá com a contextualização da América Latina na discussão da dependência, e de modo objetivo enquanto região dependente. Essa seção além de contar com uma contextualização do que se tenta construir de modo mais basilar na análise inicial tenta-se realizar o diálogo com dependentistas e cepalinos, fazendo uma breve exposição de cada referencial e partindo para uma análise de diferenças e similitudes com a base teórica levantada na primeira seção analítica.

2 COMPOSIÇÃO ORGÂNICA DO CAPITAL E A DETERIORAÇÃO DOS TERMOS DE INTERCÂMBIO

A análise que se segue tem como bases principais de reflexão os trabalhos desenvolvidos por Saad Filho (2011), no que se refere à transformação de valores em preços de produção, e Becker (1980), com sua discussão acerca do que seriam as trocas desiguais, a partir das formulações de Marx. Consideramos que tanto os teóricos da dependência marxistas quanto a corrente estruturalista cepalina partem, em certo nível, de pressupostos que serão tratados nesta seção do texto para construção de suas ponderações acerca das relações que envolvem o desenvolvimento e o subdesenvolvimento ou a oposição entre países centrais e periféricos.

Saad Filho (2011) faz sua exposição em defesa de uma compreensão correta das exposições de Marx no que se refere ao seu procedimento metodológico (ainda que com fins conceituais) da transformação de valores em preços de produção ao ser incluído o componente de análise da concorrência entre capitais de diferentes setores na economia capitalista. A abordagem do autor aponta para a consistência da aproximação de Marx acerca do tópico, e mostra que a mesma deve ser compreendida em vez de retificada.

Nesse sentido Saad Filho (2011) aborda a transformação de valores em preços de produção enquanto resultante da competição entre capitalistas de diferentes setores que apresentem diferentes *composições orgânicas do capital* (COCs). Esse autor inicialmente reforça a compreensão da diferença entre mais-valia (advinda do Tempo de Trabalho Excedente⁶) e a taxa de lucro (que seria a diferença entre o valor do produto e o capital adiantado total). O ponto central é de compreender, a partir da análise elaborada por Marx e que segundo Saad Filho (2011) deve ser lida a partir da importância conferida a diferentes COCs gerando diferenças entre valores e preços de produção, justamente por ser responsável pela conexão entre as taxas de lucro com a esfera da **produção**.

O que Saad Filho (2011) tenta reforçar, e que é considerado no escopo do presente trabalho como sua contribuição central ao tema das trocas desiguais, é a exposição de como o capital com a COC mais baixa adiantará uma parcela comparativamente maior (em relação aos demais setores) de capital variável (em termos relativos em sua

6 A diferença entre o valor gerado pelo trabalho e o valor do capital variável (também chamado de Tempo de Trabalho Socialmente Necessário à Reprodução -TTSNR).

composição), empregando mais trabalhadores (sempre considerando o processo em termos relativos), e portanto produzindo um montante maior de mais-valia, em conformidade com o que havia sido retomado anteriormente na distinção de lucro e mais-valia. Isso pode ser bem observado por:

Sua ênfase na COC demonstra que Marx prioriza o efeito das *diferentes capacidades de cada capital criar valor e mais-valia* sobre os preços, ou o impacto nos preços das diferentes *quantidades* de trabalho necessárias para transformar os meios de produção no produto final (...). (SAAD FILHO, 2011:138)

Esse autor inicia sua exposição detalhada do caminho dos valores aos preços de produção esclarecendo a necessidade (e não aleatoriedade) da consideração feita por Marx em O Capital, Livro 3, Capítulo 9 de considerar o mesmo tamanho dos capitais nas análises entre os setores, elemento que deve ser assim considerado por tornar visível o fato do capital variável ser um índice (percentual, em decorrência do total do capital ser de 100) da quantidade de trabalho envolvida na produção, bem como os valores que o mesmo produz (reprodução do próprio capital variável e mais-valia). O uso dessa forma de exposição também cumpre o papel, segundo esclarecimento de Saad Filho (2011), de mostrar como o lucro é gerado na produção das mercadorias, e não na circulação (que reforça a escolha da Composição Orgânica do Capital em vez da Composição de Valor do Capital), dependendo da quantidade de força de trabalho movimentando trabalho morto, e não no valor específico dos insumos.

Os esclarecimentos anteriores que esse autor anuncia são úteis na compreensão da distribuição da mais-valia entre os setores por demonstrarem que o caminho dessa distribuição se dá de acordo com as diferentes disposições de COC entre os mesmos. De modo que a distribuição dessa mais-valia em torno de um lucro médio pode ser conceitualmente entendida enquanto fator decisivo da divisão da organização do trabalho, ou da divisão internacional do trabalho, quando observado em escala maior. Nesse sentido se observa o direcionamento de que para que a produção do capitalismo chegue a um lucro médio (e a um preço de produção conhecido) haverá distribuição de mais-valia, que se dará em favor dos setores (ou países) que apresentarem COCs maiores que a média de toda a economia.

Com base no que foi compreendido a partir da exposição de Saad Filho (2011) é

que se parte para o entendimento da chamada “Lei das Trocas Desiguais”, além de se iniciar a compreensão de sua relação com a dependência, aqui ainda de modo mais amplo, bem como revelar desde já o caminho de contradições inerentes ao capitalismo em decorrência do seu próprio funcionamento. Becker (1980) procura explicar aquilo que seria chamado de troca desigual, na verdade expõe esclarecimentos que servem ao entendimento da chamada “Lei das Trocas Desiguais”, retirada de um estudo amplo da obra de Marx, e que servirá em larga medida de base para a discussão acerca da Teoria da Dependência Marxista e da própria ideia por trás da Deterioração dos Termos de Troca da corrente Estruturalista da CEPAL (conforme será observado posteriormente).

O capítulo de Becker (1980) que trata da questão está dividido em seis subseções⁷. Inicialmente esse autor discute o surgimento de inter-relações produtivas, isto é, como essas surgem através das trocas existentes no modo capitalista de produção (com a especialização da produção de mercadorias em cada Estado-Nação), mostrando que o processo ampliado de produção capitalista, ao se diferenciar globalmente cria uma divisão internacional do trabalho. Entretanto o aspecto central da discussão é que essas relações (de interdependência) surgem de forma irregular, e desigual, e o que se processa dessa forma em nível global é reproduzido internamente ou localmente.

Esse movimento pode ser entendido ao compreendermos a lei da troca desigual enquanto movimento, em termos de intercâmbio, que favorece (distribui mais renda que seu valor médio de distribuição) forças produtivas em estágio mais avançado, ou ainda, segundo Becker (1980:192) “que controlam as forças mais desenvolvidas do trabalho social”, e portanto onde se tem maior produtividade. Segundo a lei, no capitalismo se forma um desvio dos termos de troca que favorece os que estão em processo ascendente de acumulação e obstrui o processo de acumulação para economias com termos desfavoráveis. Grande contribuição desse autor é observar como a cada movimento de troca desigual são geradas, como reação sistêmica, contratendências, ou seja, ao ocorrer o que anuncia a lei são gerados efeitos contrários ao crescimento da acumulação, que precisam ser contidos para que essa seja mantida.

7 A saber: O Desenvolvimento de Interdependências Econômicas; Desenvolvimento Desigual: Indústria e Agricultura; Inter-Relações de Valor e a Instabilidade Geral da Troca; Desenvolvimento Desigual: Comércio Internacional; Desenvolvimento Desigual: Distribuição da Renda (V+S); e Inter-Relações de Classe e Troca Desigual.

O autor faz uma descrição detalhada das tendências de trocas desiguais, de suas contra tendências e de movimentos de neutralização dessas últimas em várias escalas. Inicialmente propõe a compreensão das trocas na inter-relação de cenário nacional entre Indústria e Agricultura. Para esse caso Becker (1980) aponta que há uma tendência para aumento dos preços industriais superior aos daqueles praticados pela agricultura (que terá uma relação preço-valor desfavorável). Cabe notar, ainda, que para esse caso específico o componente de redução relativa (ou mesmo absoluta) dos preços do setor de agricultura gerará ainda um efeito sobre o valor de reprodução da força de trabalho, que também repercutirá numa redução dos custos com capital variável por parte das indústrias, elevando as taxas de lucro, uma elevação relativa do Tempo de Trabalho Excedente em relação ao Tempo de Trabalho Necessário à Reprodução Social. Isso gerará um aumento da dívida agrícola, ao serem diminuídas as rendas do setor, processo formador da expulsão de trabalhadores do campo (que terão como foco de atração às cidades industriais), aumentando o exército industrial de reserva.

É a partir daí que se processa o foco da contratendência, uma vez que a expansão industrial (causa da deterioração dos termos de intercâmbio agrícola) aumentará a demanda industrial por trabalhadores (ou o exército industrial ativo) e caso a necessidade por mais trabalhadores incorra em aumento dos salários em termos reais começa a tendência de declínio da taxa de lucro do capitalista industrial e está preparado o terreno para as crises. A análise de Becker (1980) segue esse caminho, de mostrar a tendência produzida pela lei da troca desigual (e sua manifestação para casos específicos), sua contra tendência em termos de acumulação (que gera uma tendência declinante do próprio processo e abre um espaço para as crises) e as medidas políticas que são tomadas para se combater “os principais efeitos desintegradores dos movimentos de termos de troca” (BECKER, 1980:194). Para o caso da agricultura essas medidas podem ser vistas na figura de incentivos fiscais, promoção dos preços agrícolas e demais formas do que o autor considera um planejamento *ex post* do capitalismo.

Seguindo o raciocínio do autor a existência da tendência gerada pelo aumento da acumulação, de sua contratendência geradora de crises e da necessidade política de sua neutralização para que o capitalismo se mantenha em ciclos de acumulação crescentes sugere a relação entre a distorção dos termos de troca e uma instabilidade econômica

geral, como aponta Becker (1980). Para desenvolver tal entendimento o autor usa a divisão setorial entre os Departamentos I (produtor de meios de produção) e II (produtor de meios de consumo), abordados já em Marx, e observa que para que as trocas intersetoriais se desenvolvam em equilíbrio o valor dos meios de produção que o primeiro setor exporta para o segundo devem ser iguais aos que o setor de bens de consumo (de salário ou de luxo) exportará para o de meios de produção, de modo que valores iguais serão trocados, isso caso se considere que o preço de mercado desses bens será expressão monetária direta do valor que eles contêm, ou seja, deverão ser iguais seus termos de troca, para que não ocorra qualquer tipo de desequilíbrio, ou de desproporção.

Entretanto os preços de produção não serão sempre a expressão exata do valor, na verdade essa expressão sofrerá desvio quando houver diferentes composições orgânicas de capital em diferentes setores. Becker (1980) aponta que a acumulação de capital (com tendência ao aumento da composição do valor do capital, dada por c/v , capital constante sobre capital variável) e a intensificação técnica gera uma tendência à trocas desiguais que favorecem o Departamento I (pois o fluxo do valor será dos setores que apresentam composição do capital abaixo da média para os que estão acima dessa), e acaba levando o mesmo a ter composições de capital ainda mais elevadas em relação ao II, até um ponto em que o crescimento se torna tão desequilibrado que passam a aparecer crises de superprodução em setores de composição do capital acima da média social (historicamente o Departamento I), assim como crises de subconsumo em II.

Ainda seguindo essa linha de investigação, Becker (1980) trata de dois casos no que se refere ao desenvolvimento desigual, tema central desse trabalho, o do comércio internacional (que terá também grande enfoque por parte dos cepalinos, e por isso a necessidade de compreensão mais detalhada) e o caso da distribuição da renda (para fugir de um entendimento que retome apenas as distribuições de mais-valia entre setores da economia). Em primeiro lugar, no que se refere ao comércio internacional a observação conjunta das interdependências entre países (desenvolvidos de um lado e subdesenvolvidos do outro) e a torção dos termos de intercâmbio internacionais se verá novamente como há transferência de valores das economias ditas dependentes para as economias centrais (novamente marca do padrão produtivo, marcado pelo grau de desenvolvimento das forças produtivas em cada caso), na verdade o que se observa é que

os diferentes graus de composições de capital (em favorecimento aos termos e valores produzidos por países centrais) asseguram uma relação de interdependência que na verdade passa a ser marcada pela subsunção das “economias em desenvolvimento”, que como dito passarão por um processo de exploração multidimensional (termos de troca deteriorada e menor produção de valor).

Novamente, entretanto, surgem as tendências contrárias ao prosseguimento da acumulação nos termos de quem carrega seu desenvolvimento mais expressivo (no caso das trocas internacionais os países industriais), pois, segundo Becker (1980), com o endividamento crônico dos países em desenvolvimento (tal como no caso da contraposição entre termos de troca da indústria e agricultura) passa a existir a necessidade de criar mecanismos que assegurem as exportações dos produtos das economias centrais para esses (tal como no caso da busca imperativa pelo equilíbrio entre os setores) para que seja mantido o equilíbrio de crescimento das trocas, na direção contrária do que faziam originalmente os movimentos “regidos” pela lei das trocas desiguais.

O terceiro caso de desenvolvimento desigual (além de indústria-agricultura e comércio internacional) que trata da distribuição desigual das rendas necessita que se tenha em mente que a produção capitalista cria as bases para a reprodução do próprio modo capitalista de produção (isso se observa do fato de que ao final do ciclo produtivo todo capital adiantado na forma das mercadorias força de trabalho e meios de produção é recuperado acrescido de uma mais-valia⁸), nesse sentido cada parcela do capital, quando remunerada pelo valor que ajuda a criar (sem considerar a mais-valia, ou seja, apenas a manutenção dessa reprodução). Entretanto o que Becker (1980) chama atenção é o desnível entre a remuneração do trabalho (salário) em termos de preço com relação ao seu valor (enquanto trabalho necessário à reprodução do trabalhador enquanto classe).

Na verdade esse é um processo que divide os trabalhadores em dois polos, um primeiro composto por grupos de trabalho qualificado ou semiqualificado e um segundo de trabalho não qualificado. A troca desigual, nesse caso, se manifesta ao se observar que o custo de reprodução social do primeiro grupo é, em geral, alto, e requer boa parte do

8 Chama-se de reprodução simples a repetição desse ciclo quando não há acréscimo do capital investido de somas que num período anterior são originárias de mais-valia. Caso parte dessa mais-valia seja convertida em força de trabalho e meios de produção haverá reprodução ampliada, acumulação do capital.

que a classe trabalhadora em si produziu para a sua reprodução, enquanto o segundo grupo (marcado pela marginalização, pelo preconceito econômico, e toda gama de preconceitos sociais) vive na margem de um padrão mínimo de existência. Entretanto, ainda que se observe uma torção valor-preço em favorecimento ao trabalho qualificado Becker (1980) aponta que isso não é uma evidência do trabalho explorando trabalho, na verdade, a promoção dessas desigualdades serve ao capitalismo ao criar preconceitos internos na classe trabalhadora (e através disso diminuir sua capacidade de mobilização). Entretanto tais segregações sociais, que pelo que se pode notar são uma manifestação local, global, e intersetores e aqui principalmente dentro de uma mesma classe acabam gerando forças que atuam na contratendência da troca desigual que a gera, pois trás consigo inclusive o próprio elemento de luta de classe, elemento esse que sob ponto algum deve ser perdido de vista, pois como aponta o autor:

(...) mas parece ser verdade que o principal transmissor de capital em suas missões globais, hoje em dia, não é o banco, nem a empresa multinacional (apesar de sua recente publicidade, a agência de desenvolvimento, as Nações Unidas, etc. e que todos esses organismos são meros instrumentos cuja popularidade e eficácia ora podem subir, ora declinar, considerando-os individualmente, mas cujo componente coordenador constante são diretamente os estratos gerenciais e, acima deles, a grande burguesia das várias nações cujos interesses eles procuram conciliar e, quando necessário, acomodar através de concessões mútuas. (BECKER, 1980:208)

Ou seja, não se pode perder de vista que os interesses por trás das trocas desiguais são justamente os interesses dos capitalistas, e em última instância esse é o interesse da exploração do trabalho (e quando possível dos termos de troca deteriorados em suas mais diferentes escalas) para manterem ativo sua acumulação de capital em escala crescente, deixando de lado esse interesse primordial apenas quando a sua promoção começar a causar riscos à sua própria manutenção enquanto forma sistêmica de agir, um sistema fadado à crises por conta de suas contradições.

A compreensão buscada aqui é a de que com a diferenciação e a interdependência dos setores existe a formação de um lucro médio, de modo que haverá uma equalização da mais-valia favorecendo, pelas trocas desiguais, os setores que controlam as forças mais avançadas da acumulação capitalista (ou de forma mais clara, setores com maiores

COC's). Nesse sentido ao considerar-se uma contextualização internacional e observando como certos países controlam ou concentram esses setores favorecidos pela distorção dos termos de intercâmbio seriam esses países ou regiões que assumiriam, no contexto de uma divisão internacional do trabalho, o papel de exercer influência e absorver valor gerado num outro polo capitalista, o dos países dependentes.

A próxima seção tratará exclusivamente da análise da dependência na América Latina, a compreensão das trocas desiguais e da formação de um lucro médio (inclusive considerando o capitalismo em escala mundial) não será deixada de lado, ao invés disso tentará dialogar com a corrente de teóricos da Teoria da Dependência Marxista, mais especificamente Ruy Mauro Marini, Theotônio dos Santos e Vânia Bambirra, além da corrente estruturalista da CEPAL, com as contribuições de Celso Furtado e Raúl Prebisch.

3 A QUESTÃO DA DEPENDÊNCIA LATINO-AMERICANA NAS VERTENTES MARXISTA E CEPALINA

A discussão elaborada nessa seção tentará conectar a teoria abordada anteriormente a uma contextualização regional, além de fazer o diálogo entre a mesma e as supracitadas correntes teóricas. Inicialmente será tratada a questão da dependência latino-americana tomando o ponto de partida da Teoria da Dependência Marxista, da consideração de Dos Santos (2011) da disparidade empiricamente constatada entre os níveis de produção e consumo alcançados na América Latina, algo que pode ser indicativo da disparidade entre valor produzido na região e apropriado dentro da mesma.

3.1 A TEORIA DA DEPENDÊNCIA MARXISTA

Dos Santos (2011) argumenta que uma elaboração teórica que explique essa dependência é necessário compreender e contextualizar essas sociedades dentro de uma economia internacional, e nesse sentido especificar o caráter dessa, a evolução das interdependências entre países além dos vínculos que se estabeleceram entre os elementos internos das sociedades socioeconômicas estudadas (aqui no caso específico da América Latina) e dessa economia mundial.

Esse autor argumenta, então, que é necessário compreender os elementos estruturais da sociedade dependente, e nesse sentido o estudo dessa dependência deve estar ligado ao próprio imperialismo e a economia internacional que esse processo gera, ou seja, como os monopólios nacionais e os incentivos à expansão do capitalismo dos países centrais (ou imperialistas) passa a exercer influência e moldar a forma como se desenvolve o capitalismo na região periférica (ou colonial), bem como o papel da mesma na divisão internacional do trabalho (e que setores e papeis na acumulação do capital em escala global caberia a cada uma).

É nesse sentido que Marini (1990) empreende sua compreensão acerca da dependência latino-americana. E trata a relação de interdependência entre os países capitalistas mais avançados no processo de acumulação a partir de um histórico que contextualiza a própria estrutura produtiva atual, esse autor remonta ao século XIX, desde o qual a inserção da região na divisão internacional do trabalho a vem caracterizando as funções da América Latina junto à economia capitalista Mundial.

Marini (1990) argumenta como a região tem funções que transcendem a demanda para a acumulação nos países industriais, efeito que poderia ser interpretado, à luz do que foi discutido na seção anterior, enquanto contra tendência interna desses países para evitar o processo de trocas desiguais internas entre seus departamentos (um mecanismo de superação daquilo que dificultaria a acumulação interna de capital). Marini (1990) mostra ainda que a América Latina na verdade contribuirá para a acumulação econômica industrial se deslocar da produção de mais-valia absoluta para a de mais-valia relativa, para que a acumulação mundial (e mais claramente nesses países centrais) dependa progressivamente mais da capacidade produtiva do trabalho e menos a exploração direta do trabalhador (com jornadas de trabalho mais longas, por exemplo).

Esse autor também aborda a questão das trocas desiguais para facilitar a compreensão de como se daria a produção de mais-valia relativa nos países industriais, e quais as consequências disso para a América Latina, e mais especificamente para a força de trabalho explorada na região. Marini (1990) aponta que a mais-valia relativa está ligada a desvalorização do salário real da força de trabalho (ao longo do tempo essa passará a poder consumir de modo relativo progressivamente menos do que é responsável por produzir). E nesse sentido a incorporação da América Latina enquanto uma nova área

de acumulação e com o papel de produzir bens primários e exportar matérias-primas já a colocou numa posição desfavorável em relação aos seus termos de troca com vistas a evitar que tendências de desaceleração da acumulação pudessem se desenvolver nos países industriais.

Assim, a contrapartida do processo de entrada da América Latina é a de perder mais-valia ao distribuí-la, ainda que seja na região onde existe maior intensidade de uso do trabalho vivo na produção e portanto que se tenha capacidade de geração de valor. Um efeito consideravelmente oposto ao vivenciado nos países industrializados, onde se possibilita o incremento da taxa de mais-valia relativa e da própria taxa de lucro (quando o sistema como um todo passa a produzir mais valor). Essa é uma marca tanto de uma relação de dependência quanto de desigualdade acentuada entre os dois lados dessa moeda de acumulação, pois essa é uma fuga necessária aos países centrais, os quais sem os países em situação de dependência teriam um refreamento de sua própria acumulação.

Outra importante contribuição de Marini (1990) é a da análise da superexploração do trabalho na América Latina e que serve para reforçar aquela que seria a grande contradição do capitalismo, entre capital e trabalho, trabalho vivo e trabalho morto. Essa exposição revela justamente a análise das consequências para aqueles que o autor, com muita propriedade, considera a base sob a qual a dependência está erguida, a massa de trabalhadores dos países dependentes.

Para Marini (1990) o subdesenvolvimento das forças produtivas na economia latino-americana, que a marca enquanto polo dependente advém de esforços de intensificação e de prolongamento das jornadas de trabalho na região, isso pode ser entendido da seguinte maneira: uma vez perdida parte da mais-valia produzida a partir da interdependência de setores dos países industriais e de países dependentes e da defasagem tecnológica desses últimos (em suma, de trocas desiguais), passa-se a buscar extração de mais-valia de outra forma, que não a relativa, então os controladores do capital nos países dependentes lança mão do mecanismo de exploração de mais-valia absoluta, que segundo o autor caracterizariam o modo de produção fundado na máxima exploração do trabalhador, e não no desenvolvimento da capacidade produtiva.

É apenas à luz dessa análise que o autor argumentará sobre o processo de industrialização dos países dependentes. Esse é um ponto em que Marini (1990) mostra

que essa indústria que surge e se desenvolve continua subordinada à produção e exportação de bens primários, para alimentar o centro da acumulação capitalista. Além disso tem sua produção interna voltada para o consumo popular, em verdade para o barateamento da cesta de produtos que correspondem ao valor da força de trabalho, ou da reprodução material do trabalhador enquanto classe explorada (ou superexplorada, no caso da região). Nesse sentido o autor aponta para uma economia incapaz de superar sua base de desarticulações (que a colocam num cenário permanente de dependência por se tratar da posição que deve assumir numa divisão internacional do trabalho que favorece os países centrais) que aprofundam ainda mais uma estrutura de baixo desenvolvimento tecnológico, de condições desfavoráveis à vida dos seus trabalhadores e de incapacidade de produzir sem considerar que sua demanda está no exterior, que está marcada enquanto economia de indústria frágil e dependente.

Ainda na linha da compreensão da dependência latino-americana, e numa tentativa de contextualizá-la de modo mais adequado e ainda dentro do escopo da Teoria de Dependência Marxista, uma aproximação mais histórica se mostra útil e adequada tanto para uma melhor compreensão dos detalhes dessa dependência de modo específico, para que se possa observar como termos abstratos anteriormente apresentados podem ser cruzados com a realidade com fins de entendimento propostos no presente trabalho. Essa averiguação será, portanto, empreendida para a compreensão à evolução da dependência na região com o avanço da industrialização com COC mais elevada a partir da segunda metade do século XX.

De acordo com Bambirra (1977), devido à grande crise de endividamento externo ocorrida na América Latina durante a década de 1970 (quando grande parte do continente estava submersa em golpes militares), ocorreu não apenas uma mudança no caráter da dependência econômica do continente para com as economias centrais como também o cenário negativo permitiu a intensa penetração do capital estrangeiro na região.

Dessa forma, os investimentos, que, antes, vinham como importação de mercadorias, passaram a chegar, por exemplo, ao Brasil, como investimento de capital. Então, o capital estrangeiro se inseria onde já existiam indústrias nacionais instaladas (e de base primária), uma vez que a localidade também apresentava relativa infraestrutura capaz de suportá-lo em seu processo de reprodução; e, onde não as havia tais indústrias,

passou a ocorrer um intenso desenvolvimento após a Segunda Guerra (BAMBIRRA, 1972).

Ainda segundo Bambirra (1972), as economias centrais ingressavam na América Latina com a grande maquinaria, e as instalavam, tomando o controle do ramo industrial e, conseqüentemente, de toda a economia latino-americana, que vinham sendo marcadas por uma participação na divisão internacional do trabalho que as fazia não conseguir erguer indústrias nacionais que não voltadas para exportação de recursos primários para o abastecimento da acumulação nos países centrais, e aqui se pode compreender como uma formação histórica de concentração de setores com baixo nível de desenvolvimento de forças produtivas (ou ainda de baixa COC, segundo nossa análise mais basilar da seção anterior).

Seguindo sua trajetória de análises, Bambirra (1977) mostra que o que ocorre efetivamente é a reprodução da relação de dependência na periferia do capitalismo (o que inclui a América Latina) se mostrar sustentada graças ao capital estrangeiro central, o qual, ao se inserir na economia do continente, passa a usufruir de matérias primas e força de trabalho barata, além de relativa infraestrutura para sua contínua acumulação. Assim, mesmo o aparecimento de uma indústria de produção baseada em forte maquinaria (no movimento de forças produtivas mais avançadas) não significa uma superação da dependência da região, pelo contrário, a reforça. O surgimento de polos diferenciados (de alta composição orgânica do capital e de produção de bens de consumo, em especial duráveis) dentro dos países da América Latina não pode ser interpretado enquanto fruto do desenvolvimento dos mesmos, pois é, justamente, a marca da ação e do controle do capital externo oriundo dos países industriais em seu ímpeto de manterem sua acumulação de capital em trajetória ascendente.

Cabe agora, antes de avançar na exploração da corrente estruturalista mostrar as similitudes entre o escopo teórico abordado na primeira seção e nessa primeira porção da segunda. Nota-se claramente que o perfil de dependência demarcado pelos teóricos dependentistas conversa claramente com as noções associadas às distorções das trocas a partir de interdependência entre setores com diferentes composições orgânicas de capital. Nesse sentido, a incorporação da América Latina ao contexto global de acumulação de capital, com o papel de depender das ações tomadas pelos países concentradores dos

setores e das forças produtivas em estágio mais avançado como forma de manutenção de níveis altos de acumulação e avanço da produção capitalista nesses países de histórico industrial capitalista mais longo, de superação de suas tendências internas que possam contrariar, dado o caráter contraditório do modo de produção capitalista, a própria dinâmica de acumulação. Seja ao tratarmos na superexploração do trabalhador nos países periféricos, marca da deterioração dos termos de intercâmbio entre trabalhadores de países industrializados e trabalhadores pouco ou semiqualeificados dos países dependentes, e principalmente de garantia de mais-valia em sua forma relativa e absoluta para os capitalistas (forçando uma condição de existência que garante apenas o básico para os trabalhadores de países dependentes). A própria questão envolvendo a mais-valia relativa enquanto superação de técnicas e produtividade por parte dos países industrializados remonta à concentração de setores de alta concentração de capital constante em relação à sua porção de capital variável (bem como o incentivo para explorar setores intensivos em trabalho nas áreas de expansão do capitalismo, isto é, a parte aqui demarcada como dependente).

Ainda nesse sentido a industrialização da região é marca de processos de formação de dependência, conforme argumentado anteriormente um primeiro momento de formação de indústrias de bens primários para suprir as necessidades de barateamento da acumulação nos países industriais já remonta a interdependência setorial, e a posição desfavorável que cabe ainda hoje à América Latina, mesmo a consolidação de uma indústria de bens de consumo não foge dessa lógica, seja no que se refere ao barateamento da mão de obra latino-americana, seja na formação mais recente de uma indústria de bens de consumo que requerem poder aquisitivo mais elevado e que apresentam maior intensidade tecnológica, que marca nada mais que uma competição desleal de uma possível indústria nos países da América Latina que é bloqueada devido a incapacidade de concorrer com a produtividade nesses setores, onde a presença do capital estrangeiro marca um cenário de dependência internacional dentro dos próprios países, uma vez que o valor ali produzido irá para os detentores desse capital.

Seguindo para uma análise alternativa à Teoria da Dependência Marxista, e seguindo propriamente para um arcabouço teórico de influência keynesiana, a corrente Estruturalista da Cepal, tentará ser entendida a partir da sua análise das marcas e causas

do que seria chamado por Furtado (1965) de subdesenvolvimento da América Latina, e segundo a proposição do presente texto entender como ele pode ser relacionado aos cenários de dependência já abordados.

3.2 A ANÁLISE ESTRUTURALISTA CEPALINA

A análise estruturalista tem sua base, ou seu ponto central, na tese da deterioração dos termos de troca, que podem ser compreendida brevemente segundo um cenário em que a elasticidade-renda das importações dos países subdesenvolvidos é muito maior do que a elasticidade-renda de suas exportações para o resto do mundo, ou seja, caso a renda nacional desses países aumentem eles passarão a consumir relativamente mais do exterior que o exterior consumirá dos produtos que eles produzem ao ocorrer um processo de crescimento da economia mundial. Essa tese está fundada, segundo Prebisch (1949), na característica da periferia de possuir poucas indústrias com alta produtividade, as quais tinham finalidade unicamente de abastecimento das economias centrais com insumos e bens de consumo básicos, apresentando as demais indústrias processos tecnológicos pouco competitivos e atrasados em relação às economias centrais desenvolvidas.

É a partir disso que se emprega aqui a contribuição de uma visão mais histórica por Furtado (1965) tentando esclarecer em que consistem as economias subdesenvolvidas. Elas seriam, segundo a linha de interpretação desse autor, estruturas⁹ autônomas, consequência da aliança entre uma estrutura econômica pré-capitalista, caracterizada basicamente por uma produção de subsistência e um inibido capital comercial, e elementos dinâmicos característico de economias desenvolvidas, os quais ingressaram nesse mercado por julgarem que existe uma oferta de mão-de-obra economicamente interessante.

Furtado (1965) argumenta ainda que a estrutura subdesenvolvida possui centros produtivos advindos de economias desenvolvidas, os quais são representados por grandes e dinâmicas indústrias, as quais ingressaram no país subdesenvolvido para satisfazer interesses das economias desenvolvidas. Para o autor esses interesses são, basicamente, usufruir de mão-de-obra disponível barata e manter constante, ou até aumentar, os lucros das empresas, desses países desenvolvidos, produtores de bens de capital, pois, com a

⁹ Termo empregado no sentido de uma comunhão de uma série de elementos macroeconômicos.

implementação de empresas fora do país de origem, essas empresas poderão exportar inicialmente uma grande quantidade de bens de capital¹⁰. Furtado (1965) ressalta também que esses países desenvolvidos exportam para os países subdesenvolvidos somente suas técnicas de fabricação de bens de consumo, para que esses bens sejam produzidos fora de território nacional e posteriormente exportados para seus países de origens, logicamente usufruindo de momentos que o mercado internacional apresente uma taxa de câmbio interessante entre as duas moedas; é exatamente para atender esse interesse que essas indústrias, em economias subdesenvolvidas, destinam a sua produção para o mercado internacional. Segundo o autor essa seria prática fundamental para os países desenvolvidos, pois proporcionaria, em sua economia, a liberação de mão-de-obra pela indústria de bens de consumo, recursos esses que se tornariam passíveis de aproveitamento pelas indústrias produtoras de bens de investimento.

Já no que diria respeito à análise da evolução da indústria substitutiva de importações, projeto de política industrial observado ao longo do século XX em alguns países da América Latina, e entre eles o Brasil, Furtado (1965) demarca três consequências a partir de sua análise da relação entre desenvolvimento e subdesenvolvimento. A saber: primeiramente o autor nota que os capitalistas dos países subdesenvolvidos, ao absterem-se da prática de inovar, tornam-se imitadores de processos produtivos, o que os leva a imitarem os custos produtivos praticados nas economias desenvolvidas. A segunda consequência enunciada visa mostrar que ao adotarem esses processos produtivos dos países desenvolvidos, processos esses que são moldados para uma realidade de, na maioria das vezes, escassez de mão-de-obra, abdicam de uma grande parcela de insumos produtivos, basicamente mão-de-obra. A terceira consequência é que esses capitalistas sempre dependerão das práticas tecnológicas dos países desenvolvidos, visto que os capitalistas nacionais não inovam. No que tange a esses fenômenos o autor ressalta que, realmente, para esses capitalistas nacionais a tecnologia é um elemento exógeno.

Nesse sentido tem-se, segundo o próprio autor, uma resultante onde “o grau de subdesenvolvimento está dado pela importância relativa [no produto social] do

10 Posteriormente as exportações se tornariam rotineiras, algo que seria explicado pela corrente estruturalista como uma necessidade de repor o capital depreciado.

departamento atrasado” (FURTADO, 165:189). Sendo esse departamento aquele responsável por atender o mercado interno, conclusões que o autor sustenta em seu entendimento de que o setor mais produtivo é o que é destinado para o comércio internacional, dessa forma, quantos mais insumos produtivos forem empregados no setor desenvolvido maior será o crescimento do produto social.

A análise aqui, como se pode notar, se fasta dos constructos teóricos abordados anteriormente, e não está sendo proposta enquanto superação das anteriores, na verdade, o que se busca é elucidar até que nível questões de desenvolvimento e subdesenvolvimento da América Latina pode ser relacionado à análise da dependência em Marx. Nesse sentido o que se nota inicialmente é a tentativa de manutenção de desníveis entre as composições orgânicas de capital nos dois polos estudados polos estruturalistas, cuja interpretação pode passar muito bem pela interdependência (tanto de força de trabalho quanto de matérias-primas) que ligam os países ditos desenvolvidos às tentativas de manutenção dos países tidos como subdesenvolvidos no que se refere à concentração de setores que estejam mais avançados no processo de acumulação (e que se podem mostrar como característica do desenvolvimento no sentido tratado pela corrente estruturalista). A manutenção das relações de dependência, nesse sentido, pode ser claramente relacionada entre a separação objetiva entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos, isto é, como o primeiro polo cria e tenta manter enquanto forem proveitosas relações de desfavorecimento de trocas e de manutenção de uma concentração de setores e de departamentos que assegure sua superioridade, sua posição de liderança no contexto da acumulação mundial de capital.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As contradições inerentes ao capitalismo, e dentre elas a necessidade de manutenção de altos níveis de acumulação (e para tanto uma extração cada vez maior de mais-valia), gera contextos historicamente observados de diferenciação e inter-relações entre distintos setores dentro do próprio capitalismo (ou para a contextualização aqui proposta, países que concentram tais setores dentro de uma divisão internacional do trabalho) que criam contextos de dependência, e até certo ponto dependência mútua, que carrega a

contradição de fazer com que para os setores que dirigem as forças produtivas em estágio mais avançado na acumulação tenham de constantemente superar contratendências a essa dependência, do próprio desfavorecimento contínuo dos setores regularmente chamados de dependentes. Um esforço constante e que requer regular renovação em suas formas para manter o processo de acumulação capitalista.

Nesse sentido pode-se entender o contexto da dependência ou de subdesenvolvimento que se refere à América Latina a partir dos termos com as quais essa assume um papel na divisão internacional do trabalho concentradora de setores de elevada presença de capital variável e, portanto, de baixa composição orgânica de capital, de geração relativa maior de valor, por sua concentração de trabalho vivo. Não absorve a totalidade da riqueza líquida localmente produzida, sendo parcialmente exteriorizada, alimentando os circuitos de acumulação e rentistas das economias centrais, incentivo para que essa trajetória permaneça como tal são claros interesses das economias capitalistas mais avançadas, e no contexto da dependência, ou da interdependência abordadas aqui, também dessa evolução desigual do capitalismo dependem os próprios países ditos centrais ou desenvolvidos, para que sua acumulação não entre em processo agudo de crise.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAMBIRRA, Vânia. **El capitalismo dependiente latinoamericano**. Prensa Latinoamericana: Santiago, Chile, 1972.
- _____. **Teoría de la Dependencia: anticrítica**. Ediciones ERA: México, 1977.
- BECKER, J. F. Troca Desigual: Relações Preço-Valor, Irregularidade e Instabilidade. **Economia Política Marxista**. Zahar Editores: Rio de Janeiro, 1980. cap. 7, p. 191-214.
- BIELSCHOWSKY, R. **Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo**. Contraponto. Rio de Janeiro, 2000.
- FURTADO, C. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro. Fundo de Cultura, 1965.
- MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da Dependência**. Era: México, 10ª ed, 1990.
- PREBISCH, R. **The economic development of Latin America and some of its principal problems**. Cepal, 1949.
- RICARDO, David. **On the Principles of Political Economy and Taxation**. Batoche Books: Kitchener, Ontario, Canadá, 2001.
- RODRIGUES, O. **On the conception of the center-periphery system**. Ecla Review, 1977.

SAAD FILHO, Alfredo A. A Transformação dos Valores em Preços de Produção. In:____. **O Valor de Marx:** Economia política para o capitalismo contemporâneo. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2011. cap. vii, p. 135-150.

DOS SANTOS, Theotônio. **Imperialismo y Dependencia.** Fundación Biblioteca Ayacucho: República Bolivariana da Venezuela, 2011, c. 19.